

# A greve e o resgate da Universidade Pública Paulista

Emanuel Rocha Woiski;  
Maria Valéria Barbosa;  
Sueli Guadalupe de Lima Mendonça.

**Como citar:** WOISKI, Emanuel Rocha; BARBOSA, Maria Valéria; MENDONÇA, Sueli Guadalupe de Lima. A greve e o resgate da Universidade Pública Paulista. *In:* LOUREIRO, Isabel; DEL-MASSO, Maria Candida (org.). **Tempos de greve na Universidade Pública**. Marília: Oficina Universitária, 2001. p. 117-132. DOI: <https://doi.org/10.36311/2001.85-86738-20-4.p117-132>



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-NonCommercial-NoDerivatives 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-No comercial-Sin derivados 4.0 (CC BY-NC-ND 4.0).

# A GREVE E O RESGATE DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PAULISTA

Emanuel Rocha WOISKI<sup>1</sup>

Maria Valéria BARBOSA<sup>2</sup>

Sueli Guadalupe de Lima MENDONÇA<sup>3</sup>

## Introdução

O primeiro semestre do ano 2000 caracterizou-se por uma crescente mobilização e até mesmo, em alguns momentos, por uma forte greve dos trabalhadores dos serviços públicos do Brasil. Esse movimento, que contou com o apoio da população, apesar do recrudescimento da repressão e à revelia da grande mídia, pode ser entendido como uma resposta às conseqüências da política neoliberal implementada pelos Governos federal, estaduais e municipais, política essa presente no cenário mundial no final do século XX. De fato, apesar do aparente refluxo dos últimos anos, os movimentos populares organizados, em especial o sindical, deram provas de uma inesperada vitalidade. Assim, os movimentos sociais, através de importantes ações, apresentaram sua disposição em manter seus direitos, marcando, dessa forma, com sua capacidade de luta e resistência, a possibilidade de reverter essa brutal conjuntura.

A luta central em defesa dos interesses do conjunto da sociedade brasileira contra a política neoliberal tem sido evidenciada pelo combate à política de reformas que, a pretexto da modernização da sociedade, vem implicando na expansão da exclusão social. Subordinado à ditadura do Executivo, aos mecanismos historicamente corrompidos do Legislativo e, afinal das contas, aos interesses das elites, o *Estado Democrático de Direito* se torna cada vez mais uma peça de retórica e de propaganda. Dotados de alguns instrumentos oriundos da ditadura e de outros recém-criados, os

---

<sup>1</sup> Faculdade de Engenharia – UNESP – Campus de Ilha Solteira.

<sup>2</sup> Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Campus de Marília.

<sup>3</sup> Faculdade de Filosofia e Ciências – UNESP – Campus de Marília.

governos vêm buscando não apenas criminalizar os movimentos sociais, ameaçando-os com o uso de uma Lei de Segurança Nacional ressuscitada e rejuvenescida, mas também reprimi-los brutalmente com o emprego de um aparato tecnologicamente sofisticado. Acrescente-se aí o arrocho salarial, o desemprego e os evidentes descaminhos da privatização, e teremos preparado o caldo de cultura da mobilização popular centralizada em defesa do espaço público. Assim, recentemente, greves de trabalhadores de Universidades Públicas Estaduais (São Paulo, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Bahia) e também de servidores públicos federais e estaduais tiveram como *eixo central a defesa do serviço público como direito de todos e dever do Estado*, delimitando a possibilidade de pôr fim à política monitorada pelo Banco Mundial e pelo FMI e implementada pelo governo.

Em particular, interessa-nos de perto (e, portanto, será analisada, aqui, com certo detalhe) a greve da UNESP, UNICAMP, USP e do Centro Estadual de Educação Tecnológica “Paula Souza” (CEETPS), a qual ao mesmo tempo integrou e abriu espaço para o atual cenário nacional.

### Breve histórico

Desde o Decreto nº 29.598 (02/02/89) da Autonomia Universitária das Universidades Estaduais Paulistas, a questão salarial passou a ser negociada diretamente entre o Conselho de Reitores da UNESP, UNICAMP e USP, o CRUESP – integrado também pelo Secretário Estadual de Ciência e Tecnologia – e o Fórum das Seis Entidades.<sup>4</sup> A partir daí, estabeleceu-se um processo de

<sup>4</sup> O Fórum das Seis Entidades foi organizado pelos sindicatos de docentes e funcionários da UNESP, UNICAMP, USP e do CEEETPS: ADUNESP Ssind., ADUNICAMP Ssind., ADUSP Ssind., Sintunesp, STU, SINTUSP e Sinteps. Apesar de o nome referir-se a seis entidades, ele é composto de sete, havendo perspectivas de congregar outras entidades das Faculdades Estaduais de São Paulo. Foi opção política manter o nome Fórum das Seis, pois esta marca já estava arraigada na comunidade universitária, apesar do aumento na sua composição. Tanto a participação do Sindicato do CEETPS como a de outros sindicatos das Faculdades Estaduais se deve ao fato de os reajustes salariais dos seus trabalhadores estarem diretamente relacionados aos estabelecidos pelo CRUESP, uma vez que estão vinculados à Secretaria Estadual de Ciência e Tecnologia.

negociação, que foi construindo sua própria fisionomia e características políticas e econômicas, advindas umas da própria autonomia universitária e outras do processo histórico e da correlação de forças à época.

O decreto da autonomia estabeleceu, inicialmente, a destinação de 8,4% da receita líquida do Imposto de Circulação de Mercadoria (ICMS) como fonte de manutenção dos salários, custeio e investimento para as Universidades Estaduais.<sup>5</sup> Essa situação, que colocou efetivamente as Universidades fora da negociação geral do funcionalismo público estadual com o Executivo, deu origem a uma inédita sistemática de negociação. Assim é que o CRUESP e o Fórum das Seis passaram a ter reuniões periódicas, nas quais se tratava da questão salarial calcada principalmente na análise dos dados da arrecadação do ICMS paulista.

Desde o início, ficou evidente a discordância entre o Fórum e o CRUESP nessa questão. De seu lado, os reitores apresentavam sua avaliação baseada nos tímidos dados da previsão da arrecadação do ICMS elaborada pela Secretaria Estadual da Fazenda, uma vez que o repasse feito por esta às Universidades era calculado a partir desses dados. O Fórum, por seu lado, baseava-se em estudos e acompanhamento da evolução do ICMS, apresentando, na maioria das vezes, uma previsão de arrecadação mais próxima daquela que efetivamente se realizaria. Ao longo dos anos, esses estudos se transformaram em importantes instrumentos de negociação com os reitores.

O embate nas negociações era permeado por essa discussão aparentemente técnica. Porém, a questão política de fundo era a submissão do CRUESP ao Governo de Estado, via Secretaria da Fazenda. A autonomia universitária não era efetivamente exercida pelas universidades, já que seus reitores sempre iam *pedir o aval* do Executivo para suas decisões.

---

<sup>5</sup> Este percentual estabelecido pelo Decreto, desde o início, estava abaixo do percentual historicamente destinado às universidades pelo Governo Estadual. Neste sentido, a reivindicação do Fórum das Seis Entidades pelo aumento da dotação orçamentária para 11% do ICMS está pautada nessa série histórica.



ICMS e que era necessário aguardar-se a aprovação do orçamento para 2000 pelos Conselhos Universitários.

No *Ofício 020/99*, o CRUESP acrescentou à sua argumentação o elevado peso relativo dos inativos nas folhas de pagamento. No *documento sem número de 03/03/2000*, o CRUESP fez referência explícita a “políticas não-lineares”, aparentemente *dando adeus à isonomia*, em suplementação ao reajuste atribuído pelo CRUESP, que seria fixado em maio. Até então, o CRUESP utilizava a metodologia das planilhas “em fluxo de caixa”, incluindo-se os recursos da Lei Kandir.

Após cuidadosos estudos, o Fórum das Seis conseguiu elaborar uma proposta para um reajuste salarial que, aliada a uma política de recomposição, tinha como patamar os valores recebidos pelos servidores em maio de 95. Era composta por um índice de 32% – divididos em 25% a partir de maio de 2000 e 7% no segundo semestre em salários de maio, prevendo-se ainda um gatilho toda vez que a inflação acumulasse 5%. Naquele momento, o Fórum optou por protocolar apenas a pauta de reivindicações econômicas deixando para negociação posterior a discussão de outros itens. No dia 05 de abril, quando a pauta foi protocolada, um grande Ato Público marcou o início das mobilizações em torno da campanha salarial de 2000. Com a insatisfação, construída por anos de arrocho, se fazendo abertamente presente, tudo indicava que esta data-base já não seria igual às dos outros anos.

Com isso, os reitores, demonstrando ainda uma certa sensibilidade, propuseram a antecipação da data-base de maio para abril, agendando reuniões com o Fórum para os dias 13 e 19/4/2000, *através de documento de 03/4/2000*, no qual salientavam que adotavam “como princípios para negociação o espírito de franqueza e o respeito mútuo, devendo ser entendida como sujeita a aprimoramento contínuo”.

A primeira reunião de negociação do dia 13/4 foi marcada para acontecer na Secretaria da Ciência e Tecnologia. Infelizmente aquela reunião não ocorreu, devido à truculenta intervenção da polícia e da tropa de choque, até mesmo com a prisão de alguns

manifestantes. O CRUESP a tudo assistiu de camarote, após o que finalmente divulgou o seu *Comunicado 01*, que, claramente, havia sido redigido antecipadamente. A concessão original do CRUESP falava em 7% em abril acrescidos de uma certa “valorização em pecúnia a ser definida por cada uma das três Universidades” (*adeus à isonomia?*) e que só haveria nova reunião com o Fórum das Seis “não antes de novembro do corrente ano”.

A partir deste *Comunicado 01*, ficaria claro que o CRUESP abandonaria, de forma unilateral e sem qualquer aviso, a metodologia das planilhas chamadas “em fluxo de caixa”, adotada por anos a fio de “negociações” com o Fórum, pois estas lhe estavam sendo claramente *desfavoráveis naquele momento* – o comprometimento acumulado dos primeiros meses escancarava o que o Fórum proclamava e que todo mundo já sabia – pois havia muito espaço para um reajuste decente na data-base. Ao invés disso, o CRUESP passou a insistir em argumentos baseados em “orçamento” alegando vinculação, digamos, administrativa às deliberações orçamentárias dos respectivos Conselhos Universitários. Lembramos que os “orçamentos” das três Universidades são construídos de trás para frente, a partir das previsões de repasse às três Universidades pelo Tesouro do Estado, tradicionalmente conservadoras.

No *Comunicado 02*, após as paralisações de docentes e funcionários dos dias 5, 13 e 19/4 e sob a ameaça de deflagração de greve, o CRUESP, além de voltar a garantir a isonomia, embora ainda *relativa*, entre as três Universidades, encontrou recursos para um adicional em forma de abono de 28% em salários de março (que *equivocadamente* considerava equivalente a um reajuste de 3%) – mas, sem falar ainda em datas ou comissão, esqueceu-se de que tinha sugerido anteriormente uma nova reunião somente em novembro!

No seu *Comunicado 03*, ao verificar que a greve – deflagrada em 26/04 – recrudescia e diante do clamor institucional das três Universidades e do CEETPS, o CRUESP foi um pouco mais além, ao criar uma “Comissão Técnica de Acompanhamento dos recursos transferidos às Universidades pelo Tesouro do Estado”. Segundo

as palavras caracteristicamente cheias de ambigüidade do CRUESP, a Comissão, “a partir de julho, *poderia* reunir-se *mensalmente* para *sugerir* ao CRUESP novos *avanços salariais* quando o ICMS previsto pelo Orçamento do Estado for superado de forma substantiva” pelas chamadas “Diferenças de Arrecadação” (ou seja, segundo o CRUESP, quando o ICMS arrecadado excedesse em 69 milhões de reais a projeção oficial do Governo Estadual) (*o grifo é nosso*). Além disso, concedeu a incorporação *definitiva* aos salários dos 3,75% correspondentes ao abono de abril, a partir de janeiro de 2001.

O Fórum das Seis, demonstrando flexibilidade e maturidade política, apresentou em 23/5 a sua contraproposta, cujas bases consistiam em um reajuste total de 20% na data-base, outro em agosto e mais um em novembro de 2000, baseados no crescimento nominal da arrecadação do ICMS e da massa salarial individual em relação ao período correspondente ao ano anterior, bem como em um mecanismo de preservação do poder aquisitivo dos salários até abril de 2001.

A greve nas três Universidades e CEETPS se mantinha forte e crescente. Diante disso, o CRUESP, no seu *Comunicado 04*, acabou por prometer a concessão de mais 4,25% em salários de março (ou 3,97% em salários de maio), bem entendido, se a greve cessasse. Entretanto, tornou a incorporação dos 3,75% *a partir de janeiro de 2001*, não mais um fato concreto, mas uma “absoluta prioridade” na elaboração dos orçamentos para 2001!

O CRUESP, no *Comunicado 04*, reafirmou que sua mal-definida política salarial consistia na criação de “comissão conjunta para acompanhamento da arrecadação do ICMS e de sua destinação”; “aplicação majoritária das diferenças de arrecadação para salários”; “recomposição salarial ao longo do período maio/2000 a abril/2001, com fundamento na arrecadação realizada”, enquanto se recusava terminantemente a discutir a proposta concreta do Fórum.

Acrescente-se que, no mesmo *Comunicado 04*, os reitores reafirmaram sua subordinação às “diretrizes orçamentárias aprovadas pelos Conselhos Universitários”, incluindo-se aí as

“obrigações previdenciárias”, precatórios e contratações de servidores para “preenchimento de claros”, ao mesmo tempo em que mantinham a isonomia entre as três Universidades.

Chegava o CRUESP, mais uma vez, ao “teto das possibilidades existentes”, ameaçando ainda que a “cessação da greve” constituía “pré-condição” para que a referida proposta fosse implementada.

Mesmo com ameaças, o movimento de greve reavaliou que poderia continuar a se fortalecer, principalmente diante da divulgação da arrecadação do ICMS em maio, cerca de 170 milhões além das previsões do Tesouro do Estado, acima até mesmo do previsto pelo Fórum das Seis, número anteriormente considerado *irresponsável* pelo CRUESP. Surge então o *Comunicado 05*, em que os Reitores propõem um “acordo” com o Fórum de forma unilateral visando “a volta da normalidade das atividades universitárias”.

Os termos do “acordo” se baseavam, segundo eles, em manifestações dos Diretores das três Universidades e em indicações dos Conselhos Universitários da UNESP e da USP, revelando, com isso, que a demanda para que o CRUESP negociasse uma política salarial com o Fórum das Seis era proveniente de toda a comunidade acadêmica e não apenas das entidades sindicais.<sup>9</sup>

Naquele *Comunicado*, os reitores retomaram a incorporação dos 3,75% a partir de janeiro de 2001. Consideraram como previsão de arrecadação a proposta inicial do Fórum de 20,6 bilhões/ano, abandonando a previsão inicial de 19 bilhões/ano. Deve-se lembrar de que foi com base nesta previsão inicial que os reitores justificaram a impossibilidade de dar um reajuste maior que os 7%.

---

<sup>9</sup> Nas três universidades, um setor da comunidade acadêmica – o dos diretores – manifestou-se de modo dissonante com a greve. Na UNESP, a participação de um autoproclamado existe Conselho de Diretores (o CONDUNESP) foi mais explícita e sistemática, gerando conflitos e polêmicas com o movimento grevista. A reunião do Conselho Universitário da UNESP – do qual os Diretores de Unidades são membros natos – de 30/05, por exemplo, acabou por aprovar propostas apresentadas pelo CONDUNESP, que, naquele momento, estavam mais próximas daquelas do CRUESP do que das do Fórum, gerando forte reação da comunidade universitária em greve.



Os reitores afirmaram que “o reajuste de fato do ano 2000” ficou sendo de 15% (incluindo-se o abono), claramente como uma salvaguarda para não ter que dar *nada mais de aumento* neste ano. Surgiu então o CRUESP com uma novidade: a Comissão Conjunta de Acompanhamento de Arrecadação (composta de doze membros, dos quais seis pelos Reitores e seis pelas entidades sindicais) deveria “avaliar as diferenças de arrecadação em relação ao orçamento inicial, sendo que *no mínimo 80%* deverão ser canalizados para *gastos com pessoal*” (*grifo nosso*). *Gastos com pessoal* podem significar quaisquer despesas com recursos humanos, incluindo-se novas contratações! Como ficariam então os “excedentes de arrecadação” e a “parcela majoritária para salários” dos comunicados anteriores? E a tal Comissão, diante do excesso de arrecadação do ICMS, proporia medidas ao CRUESP que discricionária e magnanimamente as implementaria?

Da análise do processo e dos *Comunicados*, percebe-se que o CRUESP voltou várias vezes atrás em relação ao que escrevera anteriormente. Além disso, ignorou as reivindicações da comunidade, representadas pelo Fórum das Seis, evitou a negociação e se esquivou de discutir concretamente as propostas apresentadas, escondendo-se convenientemente atrás de uma pretensa vinculação às deliberações de órgãos colegiados que mal sabiam o que significa o orçamento das Universidades e sua relação com o repasse de recursos provenientes da arrecadação do ICMS. Nesse sentido, o CRUESP tem agido errática e irresponsavelmente, de maneira pouco adequada aos cargos que os reitores ocupam, contradizendo as primeiras posturas que tiveram no início das negociações, quando falavam em se adotar como princípios “o espírito de franqueza e respeito mútuo”.

Enfim, se o resultado definitivo proveniente das negociações estabeleceu o índice de reajuste para a data-base em 11,25% e 3,75% sob forma de abono, a incorporação deste último em janeiro de 2001 e uma fórmula para reajuste salarial em outubro, na ordem de 2% a 4% com um possível fundo residual para 2001, dependendo do comportamento da arrecadação do ICMS, devem-se todas estas conquistas aos esforços do movimento e não ao que

se deveria esperar de um cuidadoso planejamento da Universidade no sentido de valorização de seus recursos humanos.

No campo econômico, o movimento fez com que o CRUESP ao menos convocasse o Fórum para “negociar” *por cinco vezes* e acabasse finalmente concordando com uma política salarial que repassasse “excedentes de arrecadação do ICMS” para salários. Muito embora a experiência tenha demonstrado a baixa confiabilidade nas palavras do CRUESP, existe hoje na comunidade uma consciência que poderá, finalmente, não apenas garantir a existência concreta de uma Comissão tão insistentemente anunciada, porém jamais implementada pelo CRUESP,<sup>10</sup> como ainda exigir resultados que realmente recomponham em bases contínuas o poder aquisitivo dos salários.

Nos meses subseqüentes à greve, ou seja, desde abril, a arrecadação do ICMS confirmou as previsões do Fórum, de um aporte de recursos muito acima do estimado pelos orçamentos das universidades. Isso significou um aumento real assegurado de recursos para custeio e investimento, embora sem a transparência necessária e desejada pela comunidade universitária.

Embora no que se refere a salários estejamos limitados, por ora, às indicações da Comissão Conjunta para Acompanhamento da Arrecadação do ICMS e de sua Destinação,<sup>11</sup> que teve sua primeira reunião em 07/08, ou seja bem distantes de um Orçamento Participativo, deve-se ressaltar que a constituição dessa Comissão e a definição de uma política salarial são, sem dúvida, vitórias da greve.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> A greve de 1994 teve como uma de suas conquistas a constituição de uma Comissão conjunta Fórum das Seis/CRUESP, com atribuições semelhantes à proposta, que infelizmente nunca se reuniu.

<sup>11</sup> A Comissão era composta, inicialmente, por doze membros. Depois de muita discussão foi alterada para 14 membros, para garantir a participação de todos os sindicatos que compõem o Fórum.

<sup>12</sup> O CRUESP, através do Comunicado 07, do dia 12/09/2000, informou que, tendo em vista a arrecadação do ICMS para os meses de julho, agosto e setembro, o reajuste salarial de outubro será da ordem de 4,5%. Porém, o crescimento do ICMS garantiu um reajuste ainda maior, sendo ele de 6,7%.

## Ganhos da greve

A participação da comunidade universitária na greve trouxe ganhos surpreendentes, principalmente em razão da participação conjunta de seus três segmentos: docentes, funcionários e alunos. Estiveram juntos em Assembléias, Atos Públicos, Vigílias, Seminários e até mesmo em reuniões históricas dos Comandos de Greve e das Comissões de Ética, unificando, na prática, a luta e a dinâmica de cada segmento. Quase todas as atividades contaram com a presença maciça dos alunos, que perceberam a greve não apenas como instrumento de luta por melhoria de salários, mas ainda como meio de defesa de uma universidade pública de qualidade. Nesse sentido, elaboraram uma pauta de reivindicações, que será posteriormente discutida e negociada com os reitores.

Os três segmentos conseguiram, ainda, viabilizar sessões extraordinárias dos Conselhos Universitários. Foi extremamente positivo todo o esforço da comunidade para que os órgãos máximos de deliberação discutissem as reivindicações dos docentes, funcionários e estudantes e buscassem se posicionar a respeito.

A importância da greve pôde ser constatada, também, por meio da cobertura da mídia, caracterizada não apenas pela quantidade de inserções, mas principalmente pela qualidade do debate que se desenvolveu em torno da greve. Por diversas vezes os editoriais dos jornais *Folha de São Paulo* e *Estado de São Paulo* assumiram a defesa das universidades públicas e a importância que têm na produção de ciência e tecnologia, bem como seu papel estratégico na formulação de um projeto de desenvolvimento auto-sustentável para o país. Diversos intelectuais de renome nacional foram chamados a se manifestarem sobre o papel e o lugar da universidade pública, de tal modo que, por meio de seus artigos, a opinião pública pôde constatar que o desmonte em curso trará perdas irrecuperáveis para a sociedade brasileira e, dessa forma, a levou, abertamente, a apoiar a greve das universidades e do CEETPS.

Outro ponto que reforçou a relevância desse movimento foi o surgimento de outras greves do funcionalismo público, em nível federal e estadual, com a realização de grandes manifestações



contra a política de desmonte dos serviços públicos implementada pelos governos no Brasil. A resposta destes foi dada pela *liberação* de toda a truculência das tropas de choque na repressão às manifestações de rua, colocando em evidência a verdadeira face de uma suposta democracia, cuja política reguladora das relações sociais está calcada na liberdade de mercado.

Dessa forma, por força das circunstâncias e da realidade, as reivindicações econômicas se politizaram. Ganharam uma dimensão nova de luta pelo resgate da dignidade dos servidores públicos, em particular dos educadores. Estes passaram a contar com o apoio do resto da sociedade, já suficientemente atingida pelos prejuízos resultantes dos processos de privatização. Essa luta conjunta com a população resultou na construção de Fóruns Municipais em Defesa dos Serviços Públicos em várias cidades do Estado, recuperando, assim, a perspectiva concreta do exercício da cidadania.

Os saldos organizativos podem ser contabilizados como os mais expressivos deste movimento, denotados pela retomada da organização sindical nas diversas unidades da UNESP, UNICAMP, USP e CEETPS, espalhadas por todo o Estado de São Paulo, nas quais professores, alunos e funcionários estavam há muito tempo sem expressão política coletiva estruturada. Essas unidades não apenas entraram em greve, mas a mantiveram por um longo período, participando ativa e coletivamente das reuniões e atividades agendadas pelo movimento grevista. Na USP, por exemplo, passou-se a se organizar, pelas entidades dos três segmentos, o 4º Congresso da USP, que tem como um dos objetivos principais discutir a democratização do poder, devendo certamente influenciar o processo de sucessão do reitor.

Cabe aqui um destaque a dois fatos de extrema importância que aconteceram em momentos de grande tensão, influenciando o rumo do movimento grevista: (1) os desdobramentos do confisco dos salários de docentes e funcionários da USP e das contribuições sindicais da ADUSP e SINTUSP, feito pela reitoria da USP; e (2) a formação da Comissão de Intermediação da Assembléia Legislativa.



O reitor, ao confiscar as contribuições sindicais da ADUSP e do SINTUSP e descontar os dias parados de servidores de forma seletiva e discricionária, teve como resposta a intensificação dos piquetes na porta da reitoria. Naquela ocasião, o reitor da USP chegou a representar perante a mídia o papel de vítima de um suposto estado de sítio em seu próprio gabinete, lá permanecendo por aproximadamente três dias.

A Assembléia da ADUSP indicou, então, a constituição de uma Comissão de intermediação, composta pelos professores, considerados notáveis, Alfredo Bosi, Aziz Ab'Saber, Milton Santos, Gerhard Malnic, Antonio Cândido e Dalmo Dallari. Essa Comissão, muito embora inicialmente desautorizada pelo Reitor da USP, acabou por exercer um papel fundamental de legitimação das reivindicações do movimento.

Na mesma tônica, a Assembléia Legislativa de São Paulo, através do Ato n.º 14, constituiu uma Comissão de Representação com a finalidade de acompanhar as negociações entre o CRUESP e o Fórum das Seis, na tentativa de restabelecer os diálogos e superar o impasse. A Comissão, formada pelos deputados Sidney Beraldo, Rodolfo Costa e Silva, Cláury Alves da Silva, Carlos Zarattini, Jamil Murad, Arnaldo Jardim e Cesar Callegari, reuniu-se separadamente com o CRUESP e com o Fórum. Embora não exercesse o papel de intermediação, reconhecia a importância das Universidades Públicas, razão pela qual manifestou seu interesse em acompanhar as negociações para que elas chegassem a bom termo.

Esta imensa confluência de fatores de pressão acabou por levar os reitores a marcar uma nova reunião com o Fórum das Seis para o dia 14/6. Nesta reunião, que se iniciou às 17:30 e durou *cerca de 12 horas*, o CRUESP adotou, como poucas vezes o fez durante a história das negociações com o Fórum das Seis, uma atitude de verdadeira negociação sobre todos os nove itens da pauta levada pelo Fórum, incluindo-se a questão salarial e as retaliações políticas aos servidores em greve, as quais foram rapidamente resolvidas. Durante a madrugada, chegou-se, então, a um acordo sobre uma política salarial e apontaram-se encaminhamentos para todos os itens

tratados. Restou à comunidade a grande tarefa de estar atenta ao cumprimento das conquistas da histórica greve.

## Conclusão

Por todas as questões apontadas, avaliamos que a greve foi de extrema importância para o conjunto da comunidade acadêmica das três universidades públicas e do CEETPS, que conseguiram reconstruir um movimento de resistência contra a política de desmonte da educação pública brasileira.

Esta greve apresentou pelo menos duas grandes e marcantes vitórias. A primeira no aspecto econômico, com uma significativa recuperação salarial e a definição de uma política salarial.<sup>13</sup> Esse resultado concreto significa, no Brasil de hoje, uma grande conquista, que, sem dúvida provocará repercussões em outras categorias de trabalhadores, principalmente as de docentes e funcionários das Faculdades estaduaisizadas de Lorena, Marília e São José do Rio Preto, criando perspectivas de unificação da luta dos trabalhadores do ensino superior público paulista.

A segunda grande vitória é política. Há muito não se obtinha uma forte e articulada participação de docentes, alunos e funcionários. E o que essa participação resgatou? A efetiva construção do coletivo, conseguindo colocar em pauta na sociedade a importância da universidade pública e os riscos que corre hoje. Essa vitória é mais que material. Ela é ganho real na consciência coletiva, produzindo ações e reflexões, durante esse período de greve, que ainda darão muitos frutos, contrapondo-se, na prática, ao projeto neoliberal de destruição dos serviços públicos.

Em várias cidades houve uma aproximação dos diversos sindicatos de trabalhadores dos serviços públicos (federal, estadual

---

<sup>13</sup> O reajuste salarial acumulado desde o início da campanha salarial de 2000 até janeiro de 2001 atingiu o índice de 24,52%. O reajuste previsto para janeiro de 2001 (incorporação do abono de 3,75% do salário de março/2000) foi de 4,9% sobre o salário atual. Esse ganho deve-se à utilização total do saldo do Fundo de Reserva Salarial, proposto pelo Fórum das Seis Entidades.

e municipal), criando embriões de Fóruns em defesa dos serviços públicos, envolvendo outros sindicatos e comunidades locais. Isso mostra como a política neoliberal está se desgastando rapidamente junto à sociedade e como ainda é possível, se lutarmos de forma organizada, sonhar com um mundo melhor. De fato, essa greve nos pertence e pertence à História. Ninguém será mais o mesmo depois dela.